

SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESENVOLVIMENTO HUMANO E FORMAÇÃO DOCENTE

GARCIA, Juliana Lopes¹ (UEL)
SILVA, Rafael Bianchi² (UNOPAR/UNINORTE)

Até o final do século XIX, a criança era vista como destituída de sexualidade. As pesquisas psicanalíticas, ao buscar respostas sobre os conflitos psíquicos, chegaram à infância e à condição inerente da vivência da sexualidade. Dessa forma, devemos entender a sexualidade como uma dimensão humana, presente em cada indivíduo, desde o momento de seu nascimento, porém sendo vivenciada e expressada de modo diferente em cada fase da vida, não sendo restrita ao ato sexual ao à reprodução.

Segundo Figueiró (2006a), sexualidade inclui sexo, afetividade, carinho, prazer, amor, gesto, comunicação, toque e intimidade, assim como normas e valores sobre o comportamento sexual, sendo estes construídos culturalmente. Trata-se de ações que visam elaboração simbólica da relação do sujeito com o mundo. Mas, além disso: é uma forma de reconhecimento como ser vivente em relação com outros corpos (MELO, 2004).

A criança desde tenra idade expressa sua sexualidade de forma natural nos mais diferentes contextos de sua vida. A escola não fica alheia a esse processo, gerando impactos nos diversos agentes desse campo social. Por essa razão, alguns professores preferem ignorar as expressões da sexualidade infantil tomando a posição de reprimir os comportamentos dos alunos que remetam a essa questão.

A sexualidade infantil é muito mais autêntica porque as crianças em geral não precisam provar nada a ninguém e também não estão preocupadas com os padrões de “normalidade” que a sociedade impõe aos adultos.

¹ Pedagoga graduada pela UEL. Aluna do curso de especialização de Psicologia Aplicada à Educação (UEL). Professora de Educação Infantil. E-mail: jusly_lopes@yahoo.com.br

² Psicólogo, mestre em Educação (UEL), especialista em Psicanálise (UCDB) e Gestão Educacional (UNOPAR). Docente da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e Faculdade Paranaense (UNINORTE). Email: rafael1@unopar.br

Reprimir a sexualidade da criança é reprimir seu corpo, que se constitui na base real do seu próprio ser, sua relação consigo mesma e sua personalidade. Porque, afinal, não existe uma separação entre a sexualidade infantil e a sexualidade adulta. Existe sim uma ligação única e uma continuidade entre elas, ou seja, são inseparáveis e conseqüentes (NUNES E SILVA, 2006, p.52).

Observa-se que tal concepção é raramente encontrada no contexto escolar entre os educadores que encontram nas diversas formas de repressão a saída para a expressão infantil da sexualidade. Qual o significado dado pela criança ao longo da vida para esse elemento que é negado, reprimido, descartado?

A sexualidade é um tema recorrente na vida da criança porque se mostra como um enigma. No primeiro ano de vida, a descoberta da imagem corporal é um traço marcante do desenvolvimento humano. Olhar-se no espelho é uma forma de se posicionar como agente ativo no mundo, como corpo que ocupa um lugar no espaço, ou seja, como alguém que realmente existe. O Outro ganha destaque nessa etapa porque é através dessa relação que a criança consegue simbolizar e compreender as possibilidades de atuação na realidade.

Por volta dos três anos, “[...] a descoberta da diferença sexual passa a ser estruturante, ou seja, é a abertura para toda a série de questões que permeiam a vida da criança e que por sua vez, determinam a posição que se toma em frente ao mundo [...]” (SILVA, 2007, p.6). A criança vê e sente a diferença. Quer olhar e tocar os outros, como forma de conhecer a si mesma.

É nessa fase que se observa a ampliação da manipulação de si mesma e o reconhecimento da satisfação relacionada aos órgãos genitais. Também começam a ficar mais complexas a compreensão da diferença social dos sexos, implementando o que chamamos comumente de “relações de gênero”. Esta pode ser definida como sendo,

Aproximamos, portanto, gênero e sexualidade na medida em que assumimos que ambos são construídos culturalmente e, portanto,

carregam a historicidade e o caráter provisório das culturas. Diferentes sociedades e épocas atribuem significados distintos às posições de gênero, à masculinidade, à feminilidade e também às várias expressões da sexualidade. Estes significados atribuídos aos gêneros e às sexualidades são atravessados ou marcados por relações de poder, usualmente implicam em hierarquias, subordinações, distinções. E é fundamental dar-se conta de que essas marcações não se fazem somente sobre os corpos dos sujeitos, não se expressam apenas nas suas vidas e práticas individuais, mas atingem, igualmente, as instituições, as normas e os arranjos das sociedades (LOURO, s/d, p.3).

A partir desses pontos, perguntamos: seriam as ações repressoras as mais adequadas em relação à sexualidade infantil? Tomando como pressuposto que os Centros de Educação Infantil devem trabalhar com a sexualidade infantil, que tipo de formação deve-se proporcionar aos professores? Qual direção deve ser dada ao trabalho pedagógico?

Tanto na Educação Infantil como nas séries iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Sexual faz parte do desenvolvimento integral das crianças e acontece nas relações que estabelecemos com elas, nas perguntas que fazemos, na percepção do próprio corpo e do corpo de seus pares (meninos e meninas) e na descoberta dos prazeres (CAMARGO E RIBEIRO, 1999, p.60).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), no seu artigo 29, expressa que a Educação Infantil - primeira etapa da educação básica - “tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”. Se entendermos que a proposta da Educação Infantil é trabalhar o desenvolvimento global da criança, e que, portanto, compete aos educadores infantis o trabalho com a totalidade das potencialidades infantis, compreendemos então que é indispensável trabalhar a sexualidade como parte integrante do sujeito humano. Saímos a visão cartesiana, ou seja, da separação mente-corpo (MELO, 2004).

Por educação integral compreendemos o trabalho que vincula os diversos universos que fazem parte da vida da criança. Por essa razão, a escola trabalha diretamente sobre a vida da criança transformada em conhecimentos curriculares, formalizados pelo dispositivo escolar. Por essa razão, segundo Camargo e Ribeiro (1999, p.46),

Como educadores e educadoras, atuamos em um processo educativo que, quer queiramos ou não, contém, consciente e/ ou inconscientemente, valores, afetos, condutas e prescrições impregnados da maneira como as pessoas sentem, concebem e vivenciam a sexualidade .

Os valores, os afetos e condutas relacionados à sexualidade que se dão na relação professor-aluno, muitas vezes passam despercebidos sem uma reflexão por parte do educador que as percebe apenas quando algumas das expressões da sexualidade infantil chegam a incomodá-lo, como por exemplo, em contato com a masturbação infantil, os jogos sexuais, as questões em torno das relações de gênero, etc. Assim, “[...] é possível que ‘os sexos’, as sexualidades’ e ‘os gêneros’, se tiverem que ser abordados no contexto escolar, para muitos professores, professoras, direção, pais e mães, se constituam em verdadeiros bichos-de-sete-cabeças” (FURLANI, 2007, p. 283). É imprescindível ter claro e quer independente de sua vontade, os educadores lidam diariamente com a sexualidade, como bem afirma Figueiró (2006a, p. 7):

[...] todos educamos sexualmente nossos alunos, mesmo que não tenhamos consciência, através da forma como lidamos com as situações do dia-a-dia. Com a nossa postura, contribuimos para que nosso aluno forme uma imagem positiva ou negativa do corpo, da sexualidade e do relacionamento sexual.

Para compreender melhor a expressão da sexualidade infantil é importante considerar que a criança se encontra em uma fase de intensas descobertas, desvendando a si própria e ao mundo, descobrindo-se como um sujeito e tentando compreender as diversas redes de relações com a realidade que a cerca. Tendo isso

em mente, o educador poderá atuar de forma mais livre e ampla sobre seu papel como agente formativo da sexualidade de seu aluno.

A criança em seu processo de formação vai percebendo e descobrindo o seu corpo. Ainda quando bebê brinca com suas mãos, seus pés, e assim vai conhecendo e explorando todo seu corpo, inclusive seu órgão genital, fato que acontece principalmente depois da saída do período de uso das fraldas, o que propicia maior liberdade para ver-se e tocar-se. Neste momento de autoconhecimento a criança também vai descobrindo as diversas sensações de seu próprio corpo. Essas não se limitam aos estímulos derivados dos órgãos genitais, mas sim, como expressão de toda a sua corporeidade. Como por exemplo, citamos àquelas que chamamos comumente de “cócegas”.

A exploração do genital através da manipulação leva a criança descobrir que sente prazer ao se tocar, o que acaba fazendo de modo bastante espontâneo (NUNES E SILVA, 2006). As situações de manipulação dos órgãos genitais na escola espantam muitos professores. Alguns reprimem a ação da criança dizendo que é “feio” ou “sujo” e que, portanto, não deve ser feita. Isso termina passando uma idéia negativa para criança daquilo que ela reconhece como prazeroso, perdendo o estatuto de ser natural e da relação com seu próprio corpo. Isso pode gerar um sentimento de culpa e vergonha. Quando a professora usa esses argumentos negando o toque nos genitais, faz com que a criança sinta até mesmo nojo do próprio corpo. Essa visão reproduz uma idéia bastante corrente relativa ao corpo: ele é fonte de tentações que devem ser afastadas da vida humana pelo seu caráter moralmente indesejável.

É importante tratar a manipulação genital com tranquilidade e indicar para a criança que este é um momento de prazer solitário e que por isso deve ter privacidade para se tocar. Pode-se indicar a necessidade de busca de lugares em que esteja sozinha, além de alertar sobre os cuidados que deve tomar para não se machucar.

Conforme vai se descobrindo, desperta na criança a curiosidade de conhecer o corpo do outro. Isso pode acontecer, por exemplo, no momento de banho, de troca de roupa ou ida ao banheiro. Elas querem observar e tocar, forma que

possuem para construir o conhecimento sobre o mundo e sobre o outro. Dessa forma, o observar, o apalpar e conhecer as identidades sexuais de outros se dá pela curiosidade e ansiedade de saber da criança e é nestes momentos que as mesmas começam a perceber a diferença entre meninos e meninas e reconhecer-se fisicamente e identitariamente como tais.

Entre os dois e três anos a criança “descobre” seu sexo, numa maneira metodológica de dizer, configurando uma descoberta simbólica e significativa e não uma mera constatação empírica e sensorial, e nesta descoberta deverá tomar consciência da significação das diferenças sexuais entre meninos e meninas e suas respectivas formas sociais [...] (NUNES E SILVA, 2006, p.96).

É interessante aproveitar a oportunidade e começar a introduzir a problemática relativa às questões de gênero, buscando desconstruir algumas condições postas pela sociedade - pela própria cultura -, que define, por exemplo, quais são as atitudes próprias de menina e de menino, possibilitando assim, o questionamento do tema em questão pelas próprias crianças.

Segundo uma pesquisa realizada por Gomes (2006) em diversos momentos dentro da Educação Infantil professores reforçam os estereótipos construídos historicamente do que as meninas e meninos podem ou não fazer e como fazer. A autora afirma (2006, p.40):

Assim, as oportunidades para questionar, junto às crianças que freqüentam a pré- escola, os padrões preestabelecidos de masculinidade e feminilidade, vão naturalmente sendo perdidas, e a reprodução das diferenças vai sendo incorporada desde as primeiras etapas do processo educativo.

Os valores construídos social e culturalmente acerca da relação de gênero permeiam e influenciam todo o desenvolvimento infantil, de mesma forma que as relações estabelecidas entre a criança e seus pares dentro da escola, determinando assim diversas condutas da criança.

[...] o mundo adulto, dependendo de seus valores culturais, oferece à criança uma variedade de sugestões e modos de interação, semioticamente, marcados pelos modelos sexuais, muitas vezes estereotipados como masculino, feminino ou indiferenciado. Esta é uma das sugestões sociais que levam a criança a brincadeiras marcadas pelo gênero, de acordo com a cultura coletiva, o que frequentemente ocorre naqueles em que o menino só pode brincar de carrinho, e menina, de casinha de boneca. As famílias canalizam as ações, as percepções e representações da criança na direção de assumir um papel social aprovado de acordo com suas crenças e valores. (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006, p. 8).

Voltado às descobertas do corpo do outro, as crianças além de olharem podem querer tocar o outro. Então é preciso ficar atento para que além de não se machucarem, todo o processo de descoberta seja realizado com o consentimento dos diferentes agentes envolvidos. Mas todo o caso aponta-se a necessidade de abordagem tranqüila junto às crianças. O professor deve conversar com as crianças, indicando a sensibilidade da região genital e a necessidade de respeitar o desejo do outro no que diz respeito à tocá-lo ou não. “A criança tem o direito de sentir que seu corpo é adorável e bom e que é somente dela e apenas ela poderá decidir quem pode vê-lo ou tocá-lo” (CAMARGO E RIBEIRO, 1999, p. 59).

Estas descobertas, normalmente acontecem num clima de brincadeira cercada de curiosidade. É preciso lembrar que o brincar é muito importante para a criança, pois durante a brincadeira a criança tenta compreender sua realidade assim como as relações que a permeiam. “A brincadeira permite à criança vivenciar o lúdico e descobrir-se a si mesma, apreender a realidade, tornando-se capaz de desenvolver seu potencial criativo” (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006, p. 2).

A brincadeira está embasada em uma imitação transformada de algo que a criança vivenciou, a criança brinca a partir dos conhecimentos que já possui da sua realidade, construindo novos sentidos sobre as relações existentes no mundo. “A partir da brincadeira a criança constrói sua experiência de se relacionar com o mundo

de maneira ativa, vivência experiências de tomada de decisões”. (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006, p. 3).

Os momentos de descobertas e brincadeiras que envolvem duas ou mais crianças, chama-se de **jogos sexuais**. É preciso ficar atento à idade das crianças envolvidas, pois muita diferença pode ocorrer abuso sexual de uma criança sobre a outra. Ou seja, o tipo de jogo sexual de um pré-adolescente é totalmente diferente daqueles realizados por crianças de 4 anos de idade. Quando vemos crianças com essa diferença de idade, pode estar acontecendo o controle de uma pela outra, construindo as bases para as condições do que comumente chamamos de abuso.

Porém, devemos tomar os jogos sexuais como algo freqüente nas vivências humanas. Como bem sintetiza Suplicy (1999, p.38):

Em geral as brincadeiras são feitas em grupinhos mistos e são uma forma de satisfazer a curiosidade sexual. Não existe contra-indicação para esses jogos. Pelo contrario, eles fazem parte do processo de sexualidade do ser humano. Os pais só devem averiguar se as crianças são da mesma idade para não haver coerção.

Sabemos que as perguntas ou comentários que as crianças fazem referente às questões da sexualidade também deixam muitos professores sem saber como agir. Muitos professores preferem não responder a tais questionamentos, retirando a sexualidade dos discursos e práticas correntes do contexto escolar. Figueiró (1999) aponta que o silêncio do professor educa tanto quanto qualquer outro tipo de ação. Quando ele finge que não vê ou se exime de trabalhar com as crianças as suas perguntas, está realizando também uma educação sexual que gerará conseqüências na vida desse sujeito.

O silêncio é ambíguo: ao mesmo tempo em que insere a aceitação das situações, insere a impossibilidade de fala, indicando a interdição e os limites da intervenção docente. Esse ponto é muito importante para nossa discussão porque nos coloca a tarefa de incentivar o educador a vivenciar sua condição de sujeito sexuado pela sua fala. O silenciamento do professor está intimamente relacionado com a

tentativa de eliminação da sexualidade a partir da justificativa do impedimento pela norma moral (PEREIRA, 2005).

Para a maior parte das pessoas educar quer dizer amestrar a criança para que se comporte de um modo determinado, precisamente conforme as exigências de um costume considerado médio e normal [...]. Bem educado seria, por isso, um indivíduo que age segundo as normas estabelecidas pelo costume vigente, que esteja perfeita e irreversivelmente condicionado neste sentido, e que, portanto, não precise de vigilância ulterior ou de outros ensinamentos. Se tudo isso é verdade, fica por esclarecer qual a diferença entre uma criança nem educada e um cão bem amestrado [...] (BERNARDI, 1977, p.40).

Dessa forma, estamos, através do silêncio, contribuindo para a normalização do aluno, ou seja, a padronização de sua conduta que deve, portanto, estar em consonância com os valores defendidos pelo campo social. Por essa razão, os trabalhos em torno da sexualidade favorecem um questionamento mais amplo das relações existentes na sociedade como um todo, permeando mudanças para fora dos muros escolares. Por essa razão, a proposta de educação sexual deve levar em conta a formulação de uma nova ordem social:

[...] a tarefa básica não é a “de se adaptar a uma realidade já existente, mas de se preparar para inventar o futuro”. A esperança é de que, através de uma Educação – cada vez menos reflexo e cada vez mais projeto -, “crianças, mulheres e homens (possam) se preparados...para viver na totalidade das dimensões de sua humanidade; como ser capaz de escolher [...] seus próprios fins; como ente criados de seu futuro e do futuro de sua espécie; como ser solidário de uma comunidade, recebendo dela todo o passado da humanidade e contribuindo, pessoalmente, para a inauguração de possibilidade novas” (GOLDBERG, 1988, p.85).

Retomando às formas de conversar com a criança, apontamos que existem muitas, não sendo apenas reduzidas ao sentido da fala, mas como expressão das múltiplas formas de linguagens possíveis: ensina-se também por aquilo que não é dito. Segundo Suplicy (1999, p.45)

[...] a criança presta muita atenção à linguagem corporal. A reação dos pais às cenas da televisão, o tom de voz com que o sexo é discutido, os olhares trocados pelos adultos quando o assunto aparece – tudo isso entra na compreensão infantil e dá forma a suas fantasias sexuais.

Se simplesmente desconversar – ou silenciar - além do professor estar dando a entender que esse assunto não é possível ser debatido na escola, abre a possibilidade da criança buscar outras fontes de informações para sanar suas dúvidas sobre o que está acontecendo com o seu corpo, com sua vida. Ainda assim, está se realizando um tipo de educação sexual:

Mesmo aquela garotinha que, ao chegar aos onze anos, por exemplo, não sabe a respeito de menstruação, ou sobre como nascem os bebês [...] teve Educação Sexual. Sim, porque o simples fato de ninguém conversar com ela sobre estes assuntos, faz com que entenda que os adultos têm vergonha de falar sobre isso. Que este é um assunto feio e do qual não se fala. Isso, na verdade, já é um aprendizado sobre (FIGUEIRÓ, 1999, p.3).

Sempre que possível é interessante sentar com a criança e de um jeito bem tranquilo conversar sobre aquilo que a aflige, investigando o seu saber e questionando suas hipóteses e acrescentando elementos àquilo que por ela e pela turma como um todo (se pensarmos nas atividades de sala de aula). Segundo Figueiró (2006a) sempre que houver oportunidade, além de responder a pergunta feita pelo aluno, o professor deve propor uma tranquila conversa sobre sexualidade. Mas o que acontece normalmente no contexto escolar é o contrário: a criança que a perguntou tende a ser repreendida.

Muitas vezes, em nossa cultura, as crianças são impedidas de abordar o tema sexualidade, incorporando muito cedo o tabu que o envolve. A informação necessária e de forma adequada, possibilitando a construção/autoria dessa informação, faz com que as crianças se sintam tranquilas com relação à própria sexualidade, e possam desenvolver-se no sentido de se tornarem indivíduos conscientes dos valores e direitos que antecedem os contratos da sociedade, recuperando muito a alegria e o prazer de viver (RIBEIRO, 1996, p. 113).

Não podemos esquecer que é fundamental tratar temas de sexualidade com tranquilidade e naturalidade e conversar a respeito com os alunos sempre que houver uma dúvida, um comentário ou uma situação referente, pois como pontua a mesma autora (1996, p.110, grifo do autor),

As crianças encorajadas a discutirem a temática da Sexualidade Humana e a exporem seus pontos de vista, num clima de reciprocidade, respeito mutuo e confiança, falam da sexualidade com naturalidade: *Do jeito que você fala nem dá vergonha*, foi o que disse uma criança.

Dessa forma, estamos ampliando as possibilidades de investigação da criança. A escola direciona a aprendizagem para determinados fins, eliminando tantas outras possibilidades de aprendizagem. Vemos que existe uma tendência a não levar em conta os saberes prévios dos alunos, gerando a falta de integração com outros contextos experienciados por eles, como por exemplo, o que é aprendido dentro das relações familiares.

O tema “sexualidade” ainda é tabu para muitas famílias. Por um lado a escola viria a somar forças, ampliando a possibilidade de compreensão da sexualidade além dos valores que penetram na sociedade. Através do trabalho com os alunos, abrimos as portas para que estes possam refletir sobre as relações existentes em sua família, em seu bairro, em sua comunidade. Se “sexualidade” nos remete à relação entre seres humanos, educar sexualmente é o processo de pensarmos sobre quais bases estão pautadas tais relações.

[...] família e educação são processos criativos, dinâmicos, em contínua transformação. Não podemos refletir sobre sexualidade e família na escola sem antes nos indagarmos qual sexualidade, com que tipo de família, em qual escola. [...]. Entretanto, conseguiremos aprofundar um pouco mais a discussão do tema se as entendermos como sistemas interagentes e mutantes. O melhor sexo, a melhor família, a melhor escola, isto é, aqueles que se *de-senvolvem* no espaço e no tempo [...] ampliando identidades (MEIRELLES, 1997, p.84).

Por essa razão, o debate com a família também deve exercido com tranquilidade e naturalidade, já que a sexualidade é algo natural já que na maioria das vezes, nem os próprios pais detém por um lado, conhecimentos, e por outro, atitude, para tratar o assunto com os filhos dentro de casa. Assim, a relação escola-família também pode ser ampliada por trabalhos que envolvam a temática “sexualidade”. Devemos, então, enquanto professores, articular ações com a família, demonstrando que “[...] só ampliando nossos horizontes poderemos caminhar na direção de uma sexualidade plena, sem dominadores e dominados, de respeito ao outro, de opções livre, e na qual se possam criar os filhos sem medo do amanhã” (ARAÚJO, 1999, p.34).

Para conseguir realizar essas ações é necessário que o professor estude e pesquise para compreender melhor o momento que seus alunos estão vivendo, para assim fazer intervenções significativas e positivas. Enfocamos, portanto, um debate sobre as condições necessárias para a realização de uma educação sexual verdadeiramente emancipatória.

Abbud (2007) afirmou que toda formação decente tem como um enfoque a ser explorado a questão do professor enquanto **Ser**, integrando três grandes dimensões. A primeira está relacionada aos conhecimentos a serem trabalhados conjuntamente com o aluno. Não há como o professor ensinar aquilo que não sabe Ele pode sim incentivar a pesquisa e junto com o aluno vir a descobrir novos mundos, mas, para isso, deve ele minimamente ter o conhecimento de que ainda há algo a aprender. Nesse sentido Figueiró (2006b, p.259) coloca:

Minha experiência e meu contato direto com professores têm mostrado que eles vêm enfrentando muitas situações ligadas à manifestação da sexualidade, que exigem aptidões e conhecimentos específicos e, sobretudo, habilidades para saber aproveitar as oportunidades que surgem, a fim de ensinar com base nelas.

Paralelamente, à pesquisa e estudos, recorrendo a cursos, livros e outros materiais, é imprescindível a revisão do educador de seus conceitos, preconceitos e tabus, reavaliando a forma como pensa e age frente às questões referentes à

sexualidade num processo de **reeducação sexual**, pois só assim o educador poder ter uma postura verdadeiramente adequada com seus alunos.

Essa é a segunda dimensão da formação docente. Eliminá-la, implica desconhecer que existem valores gravados no próprio corpo que transmitimos e indicam limites de nossa atuação docente.

[...] Só é possível empreender tal estudo e desejar construir as coordenadas pedagógicas para uma abordagem educacional da sexualidade se tivermos claro, como educadores, que não há educação sexual pronta e acabada, e que os esforços para produzi-la implicam constantemente um reexame permanentemente crítico da própria sexualidade [...] (NUNES E SILVA, 2006, p.107).

Sobre o encaminhamento dessas duas dimensões afirma Figueiró (2006b, p.289):

Conforme salientei, defendo, primeiro, a reeducação sexual para o professor, e, num segundo momento, a formação, para que possa oportunizar a educação sexual a seus alunos. Essas duas etapas podem também acontecer de forma concomitante, não sendo preciso, necessariamente, que a primeira seja encerrada para dar início a segunda.

Somente a terceira dimensão aponta para as questões práticas vinculadas ao trabalho pedagógico. O educador comumente busca respostas fechadas sobre como deve lidar com as expressões da sexualidade infantil em sala de aula, sem levar em conta que muitas vezes, por mais que tenha instrumentos teórico-práticos para realizar tal trabalho, não consegue fazê-lo. Por isso, a necessária integração entre as três diferentes dimensões.

Por essa razão, vemos que esse processo de reeducação sexual é essencial para a formação do educador, já que “[...] a prática da educação sexual na escola reflete como o/a educador/a percebe, vivencia e representa sua própria sexualidade”. (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2007, p. 9). Somente a partir da reeducação sexual dos educadores, paralelo a reflexões, estudos e pesquisas é que será possível

uma Educação Sexual positiva e significativa dentro do contexto escolar, desde a primeira etapa da educação institucionalizada, a Educação Infantil.

Não restam dúvidas, porém, que não se trata de um trabalho simples porque envolve uma revisão ética por parte do educador. Em outras palavras, durante esse processo, ocorre uma desconstrução da própria subjetividade, levando a reinvenção de si mesmo. Essa não é uma tarefa fácil de ser realizada. Observa-se que durante o trabalho formativo, o educador constrói barreiras contra argumentos que venham de encontro aos conceitos que possui, mostrando uma intensa resistência.

Nesse sentido, parece que o primeiro passo é o educador trazer para si os questionamentos que o aluno endereça para ele: seria brincar de boneca atividade apenas para meninas? A masturbação é algo errado a ser feito? Pode uma criança tocar no corpo de outra? As respostas para essas e outras tantas perguntas levam a maneira com que o educador lida com a própria sexualidade e, consequentemente irá encaminhar sua postura em relação ao tema.

Vemos que o trabalho de conceber um estudo sobre o desenvolvimento humano não passa apenas conhecimento do aluno, como também, do caminho formativo realizado pelo educador. Por essa razão, como bem afirmou Nunes (2008) em palestra realizada, todos nós, educadores, também somos alunos no que tange à educação sexual, sendo um processo a ser realizado e re-atualizado no contato com o outro ao longo de nossas vidas.

REFERÊNCIAS:

ABBUD, Maria Luiza Macedo. **História da Formação Docente**. Aula Ministrada na disciplina História da Educação Escolar no Brasil. UEL, 2007.

ARAÚJO, Maria Luiza Macedo de Araújo. A Construção Histórica da Sexualidade. In Ribeiro, Marcos (org). **O prazer e o pensar**: orientação sexual para educadores e profissionais da saúde. v.1. p.13-34. São Paulo: Editora Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999.

BERNARDI, M. **A Deseducação Sexual**. São Paulo: Summus Editorial, 1977.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2008.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Claudia. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: editora da Universidade de Campinas, 1999

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educ. rev.**, Curitiba, n.30, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 março de 2009.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual no dia a dia: primeira coletânea**. Londrina: O autor, 1999.

_____. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Linhas**, v. 7, n. 1, 2006a. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/linhas/ojs/viewarticle.php?id=134&layout=abstract>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas, SP: Mercado das Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006b.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 março de 2009.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação Sexual: Uma Proposta, Um Desafio**. São Paulo: Cortez, 1988.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas. **Texto contexto-enferm.**, Florianópolis, v.15, n.1, março/2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e Sexualidade - As Múltiplas "Verdades" da Contemporaneidade**.

MEIRELLES, João Alfredo Boni de. Os ETs e a gorila: um olhar sobre, a família e a escola. In Aquino, Julio Groppa (org). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

MELO, Sônia Maria Martins. **Corpos no Espelho**: a percepção da corporeidade em professores. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

NUNES, Cesar. **A Abordagem Emancipatória da Sexualidade: Um Desafio Histórico e Pedagógico**. Conferência Ministrada na Universidade Estadual de Londrina em 11/07/2008.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PEREIRA, Marta Regina Alves. **Nas malhas da diferença**: nuances de gênero na educação de crianças. Uberlândia: EDUFU, 2005.

QUEIROZ, Norma Lucia Neris de; MACIEL, Diva Albuquerque; BRANCO, Angela Uchôa. Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista. **Paidéia (Ribeirão Preto)**. Ribeirão Preto, v.16, n.34, agosto/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 março de 2009.

RIBEIRO, Claudia. **A fala da criança sobre sexualidade humana**: o dito, o explícito e o oculto. Lavras, SP: Universidade Federal de Lavras; Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

SILVA, Rafael Bianchi. Formação Docente: Reflexões sobre a Sexualidade Infantil. In **Semana da Educação. Política e Gestão da educação: Dilemas e Perspectivas**. (CDROM/organização) Adreana Dulcina Platt e Maria José Ferreira Ruiz – Londrina: UEL, 2007.

SUPLICY, Marta. **Papai, mamãe e eu**: o desenvolvimento sexual da criança de zero a dez anos. São Paulo: FTD, 1999.